

A LEI DOS REQUISITOS ADEQUADOS DE GUERREIRO RAMOS E A ANÁLISE DE UMA ORGANIZAÇÃO CULTURAL INSERIDA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA CRIATIVA: O CASO DO CIRCO DA DONA BILICA

Adalto Aires Parada (IFC) - adalto.parada@hotmail.com

Resumo:

Nos anos de 1990 se observa tanto na Austrália como no Reino Unido o surgimento de uma nova proposta para o desenvolvimento econômico dos países, baseada em atividades que têm sua origem na criatividade, na habilidade e no talento, que passou a ser reconhecida pela denominação de economia criativa ou indústria criativa. No Brasil o assunto também despertou a atenção e passou a ser um tema de interesse, abarcando no seu arcabouço as atividades culturais. Porém ressurgem questionamentos e dúvidas com relação à associação entre cultura e economia nessa perspectiva, pois essa relação pode gerar tensões em virtude de as lógicas de produção e comércio cultural serem diferentes daquelas normalmente empregadas no mercado de commodities, gerando situações ambíguas e com potencial conflitante, em especial em organizações culturais com características isonômicas e fenonômicas. Este artigo então, apresenta um estudo que se propôs a entender como o mercado, a partir da perspectiva da economia criativa, tensiona algumas das principais dimensões de uma organização isonômica e fenonômica da área da cultura, a saber, tecnologia, tamanho, espaço e tempo. A pesquisa, analisou o caso do Circo da Dona Bilica, localizado em Florianópolis/SC. O estudo indicou que, apesar de ainda manter características próximas a isonomias e fenonomias, a organização cultural estudada sofre tensões nas suas dimensões, na direção de uma perspectiva mais próxima da economia.

Palavras-chave: *Economia criativa. Organizações culturais. Isonomias. Fenonomias. Lei dos requisitos adequados.*

Área temática: *GT-17 Organização, Política e Cultura*

1. INTRODUÇÃO

Nos anos de 1990 se observa tanto na Austrália como no Reino Unido o surgimento de uma nova proposta para o desenvolvimento econômico dos países, baseada em atividades que têm sua origem na criatividade, na habilidade e no talento, vislumbradas como potencialmente capazes de gerar riqueza e emprego. Essa nova perspectiva passou a ser reconhecida pela denominação de economia criativa ou indústria criativa.

O tema teve a sua ascensão ou seu impulso maior atrelado a programas de governo, principalmente o inglês, que visavam justamente desenvolver setores que poderiam passar a contribuir para o desenvolvimento econômico dos países. Isso ocorreu em virtude de diversos fatores, entre os quais podem ser citados a desindustrialização que acomete alguns países desenvolvidos e o conseqüente desemprego gerado a partir desse fenômeno. Outros motivadores seriam as possibilidades que são visualizadas a partir de uma sociedade da informação e do conhecimento, a qual envolve a geração de propriedade intelectual e os conseqüentes benefícios resultantes da detenção de direitos autorais e marcas registradas. Além desses aspectos, alguns autores associam ainda o seu surgimento e o interesse pela temática a um avanço da perspectiva neoliberal de governo, a qual, baseada no estado mínimo, espera que o erário seja desonerado a partir da expectativa de que as atividades culturais passem a gerar seus próprios recursos, sem a necessidade da concessão de subsídios (GAY; PRYKE, 2002; GARNHAM, 2005; GIBSON; KONG, 2005; HOWKINS, 2007; BENDASSOLLI, 2007; HESMONDHALGH, 2008).

No Brasil, não diferentemente de outros países, a temática referente à economia criativa também despertou a atenção e passou inclusive a ser, em determinado momento, um tema de interesse do governo federal, entre os anos de 2011 e 2015 com a criação pelo Ministério da Cultura do Brasil (MinC) da Secretaria da Economia Criativa.

Essa disseminação da abordagem da economia criativa ao redor do mundo, envolve diversos interesses que acabam por gerar pontos de incertezas e conflitos no campo que envolve essas atividades, como aquele que se refere as conseqüências de tal abordagem para os diferentes setores envolvidos. Isso acaba resultando uma ampla gama de possibilidades, sustentadas por diferentes interlocutores que procuram defender seus respectivos pontos de vista, o que caracteriza o campo como heterogêneo e transdisciplinar, uma arena complexa com questões desafiadoras que não possuem respostas fáceis (JEFFCUTT, 2000).

Incluem-se, nessas discussões, as questões relacionadas às atividades culturais, as quais passam a estar incorporadas dentro da perspectiva da economia criativa, algo que advém do próprio processo de surgimento dessa nova abordagem, no momento da elaboração e divulgação das primeiras políticas públicas que foram desenvolvidas na Austrália e no Reino Unido, na década de 1990.

Garnham (2005) argumenta que a adoção da definição de economia criativa observada no Reino Unido nos anos de 1990, visava redesenhar as fronteiras do campo da cultura, de forma a permitir a mudança das bases, propostas e instrumentos de políticas públicas, passando a área a ser entendida no contexto da sociedade da informação. Essas mudanças permitiriam a incorporação de atividades até então não abrangidas pela cultura, como, por exemplo, o setor de software de computadores.

Conforme Alves (2012) a economia criativa pode ser vista como uma construção simbólico-discursiva, surgida em meio às transformações ocorridas durante a última década do século XX. O que se verifica é que a ela envolve tanto um conjunto de atividades e realizações artístico-culturais que fazem parte de uma série de bens e serviços culturais como também trabalha com um conjunto discursivo capaz de envolver novas práticas e saberes, que são considerados proeminentemente criativos. Outro emprego para o qual a categoria economia criativa tem sido utilizada diz respeito a uma construção conceitual que serve tanto para descrever antigas e novas práticas relacionadas a atividades e bens artístico-culturais como uma

nova ordem discursiva para motivar políticas públicas, investimentos e ações que estabeleçam novos recursos de saberes, assim como novas dinâmicas de fruição e negócios culturais, e consequentemente novas realidades econômico-culturais.

De acordo com Garnham (2005), a perda da reflexividade é essencial para esse poder ideológico, pois ela serve para encobrir tanto as suas verdadeiras e reais contradições como as fraquezas empíricas que a sua análise teórica mobiliza. Ao fazê-lo, ajuda a criar uma coalizão muito díspar e com interesses muitas vezes potencialmente antagônicos em torno de um dado impulso político. Ela torna-se algo que já sabemos, e, portanto, tomado como certo, ou seja, que as indústrias criativas são importantes e que merecem por isso receber iniciativas políticas de apoio.

Além disso, considerando que as indústrias criativas possam fazer parte de um discurso neoliberal e que a este podem servir, a cultura, por estar imbricada na perspectiva da economia criativa, passa a ser confrontada pelos mesmos princípios, frente a uma abordagem baseada no mercado, economicista, passando a ser tratada, quase que de forma exclusiva, com base em uma lógica econômico-comercial, que é entendida como unidimensional e reducionista (BENDASSOLLI et al., 2009; BOLAÑO, 2011).

Isso revela, de certa forma, uma apropriação do mercado de atividades humanas, que antes era economicamente pouco enfatizado, algo que se assemelha ao que foi exposto por Ramos (1981) e Lefebvre (2013) acerca de sociedades em que mercado é a categoria fundamental e na qual prevalecem, preponderantemente, motivações econômicas. Atividades antes desconsideradas, como o lazer e ócio, por exemplo, passam a fazer parte de uma cadeia temporal de consumo, na qual são mais um elo, cujo desfrute acaba por implicar no gasto e somente se justifica se adquirido com o esforço e sacrifício, com a inversão do seu significado.

Frente a essa questão ressurgem questionamentos e dúvidas com relação à associação entre cultura e economia, em virtude dos antagonismos que se observa quando se considera, por um lado, os valores que poderiam estar direcionando a sociedade a um consumo cultural maior em virtude de uma virada cultural e, por outro, aqueles que parecem conduzir a economia criativa na direção do mercado sob a lógica capitalista (GIBSON; KONG, 2005; BENDASSOLLI, 2007; LOACKER, 2013).

A economia criativa, assim, resgata e até certo ponto amplia as discussões acerca dos riscos de uma comoditização da cultura, com a forte presença de uma racionalidade técnica, instrumental, de dominação, com caráter repressivo da sociedade que se autoaliena, algo para o qual a Escola de Frankfurt já chamava atenção e dirigia críticas ao abordar as indústrias culturais (HORKHEIMER; ADORNO, 2009).

Além disso, Lawrence e Phillips (2009) assim como Bendassolli et al. (2009) destacam que essa relação entre economia e cultura pode gerar tensões, pois as lógicas de produção e comércio cultural são radicalmente diferentes, gerando situações ambíguas e com potencial conflitante, tendo em vista que as organizações criativas tratam de maneira simultânea com interesses artísticos e instrumentais. Conforme esses autores, há de se considerar que, diferentemente das indústrias tradicionais, nas quais a racionalidade, a funcionalidade e a instrumentalidade tendem a decidir as prioridades e a alocação de recursos, nas indústrias criativas as concepções estéticas e artísticas podem possuir forte influência nas escolhas e no direcionamento de recursos.

Subjacente a isso está o fato da economia na sociedade atual é colocada como o ponto central, como um ente em separado, a partir do qual todos os demais espaços sociais devem se organizar, quando de forma contrária, a economia deveria estar subordinada à sociedade (POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1976) e, por conseguinte, à cultura.

É possível, considerando-se algumas ponderações, entender de maneira resumida algumas das implicações e limitações desta situação de sujeição e subordinação da cultura ao

econômico, sob a lógica de que a natureza e os seres humanos são objetos, e que os seus preços são determinados totalmente pelo mercado sob a lógica da “mão invisível” (POLANYI, 2012).

Inicialmente está presente o fato de que o mercado, com seu caráter utilitário, de maneira abrangente, transformou-se em uma força histórica e social por meio da sua institucionalização em larga escala e principalmente por ter se revelado extremamente conveniente para a escalada e a exploração dos processos da natureza e para a maximização das capacidades humanas inventivas e de produção (RAMOS, 1981).

De forma ilusória, esse experimento proporcionou aos indivíduos uma melhora material em suas vidas, porém eles tiveram de pagar com a perda do senso pessoal de auto-orientação. O mercado originou uma sociedade em que somente o cálculo utilitarista substituiu o senso comum do ser humano (RAMOS, 1981).

Em segundo lugar, o mercado não representa o único enclave de uma sociedade, diferentes espaços a constituem, sendo que os indivíduos precisam se empenhar em diferentes atividades substantivas como forma de se autorrealizarem, pois possuem diferentes tipos de necessidades, e o mercado atende somente a limitadas necessidades humanas, o que tem sido descoberto e experimentado pelas pessoas (RAMOS, 1981). Submeter a cultura a essa mesma lógica é também unidimensionalizar as suas possibilidades. Acerca dessa questão, Santos (2002) ressalta a necessidade de se considerar que a amplitude de experiências sociais sob a perspectiva da totalidade é bem maior do que o concebido pelo pensamento hegemônico baseado no mercado.

Portanto deve-se ter cautela no trato das atividades culturais sob a ótica da economia criativa, o risco de empregar tal enquadramento é resultar em uma unidimensionalização dos ambientes sociais, nos quais as relações passariam a ser pautadas por simples processos de trocas cujos preços são determinados pelo mercado. Há de se considerar que a vida humana tem uma dimensão sagrada. Não se pode conciliar essa dimensão sagrada pressupondo o trabalho e a natureza subordinados ao mercado (RAMOS, 1981; BLOCK, 2012).

Dessa forma, considerando-se as peculiaridades das organizações do setor cultural e sua diversidade, suscita-se que esta perspectiva de unidimensionalização, resultante da centralidade da economia de mercado, pode gerar tensões em organizações culturais, principalmente se considerarmos organizações cujos princípios estejam baseados em valores distintos daqueles preconizados no espaço de mercado. Nessas organizações princípios como o coletivo em detrimento do individual prevalecem como norteadores de sua ação; a submissão ao mercado é questionada e a preocupação é a de dar visibilidade a práticas desconsideradas pela lógica predominante no mercado (GARLAND, 2012).

Como exemplo dessas organizações, podem ser citadas as atividades circenses, que envolvem, entre outras, o teatro e a palhaçaria. Apesar de o circo resguardar características associadas à economia e ter seu surgimento associado a esta, ele traz consigo muitos aspectos que escapam a essa lógica, a partir de uma organização que não somente privilegia critérios econômicos, de acumulação de capital. Conforme Silva e Abreu (2009, p. 86), “[...] o circo como organização empresarial é um caso atípico”. A sua herança nômade de origens múltiplas solidificou, ao longo dos anos, várias características que o identificam como uma organização que pode ser considerada *sui generis* (SILVA; ABREU, 2009).

Analisando-se, então, algumas dessas organizações e suas características, é possível efetuar uma analogia com aqueles espaços definidos por Guerreiro Ramos (1981) como isonômicos e fenonômicos, a partir da sua proposta baseada no Paradigma Paraeconômico.

Conforme Ramos (1981), as isonomias podem ser definidas como espaços nos quais todos os membros são iguais, já as fenonomias se caracterizam por serem formadas por um indivíduo ou pequeno grupo e por permitirem aos seus membros “o máximo de opção pessoal e o mínimo de subordinação a prescrições formais” (RAMOS, 1981, p. 152).

As isonomias são enclaves em que o seu principal objetivo é a autorrealização de seus participantes, independentemente das prescrições impostas, nelas as atividades são amplamente autogratificantes, com os indivíduos livremente associados, realizando atividades que são compensadoras em si mesmas. As atividades são desempenhadas como vocações e não como empregos, a tomada de decisões e a definição de diretrizes políticas são totalmente abrangentes, com o predomínio de relações interpessoais primárias entre seus membros (RAMOS, 1981).

Já as fenomenias se caracterizam por ser um ambiente em que as pessoas podem liberar a sua criatividade, da forma e maneira que escolherem, fazendo uso de sua plena autonomia. Nelas o envolvimento dos indivíduos é determinado pela atuação em obras automotivadas, o que os mantém comprometidos com a execução daquilo que consideram relevantes. Mesmo que essas atividades possam ser consideradas em termos de mercado, os critérios econômicos são incidentais com relação ao que motiva seus membros, os quais, apesar de poderem estar interessados em sua singularidade, possuem consciência política (RAMOS, 1981).

Nas isonomias e fenomenias o que se pressupõem são relações com características substantivas, contrárias a uma perspectiva em que o único pressuposto seja o da economia formal, ou seja, de escolhas racionais baseados na escassez, algo inclusive que na economia criativa aparenta ser contraditório, já que esta se pauta na abundância e não na escassez (BRASIL, 2012).

Alguns estudos considerando outros tipos de organizações, que não as típicas de mercado, têm insinuado que a exposição dessas organizações a uma economia formal acaba por levá-las a alterarem suas características ou até mesmo a perderem a sua força, podendo resultar, em alguns casos, inclusive no seu desaparecimento, o que pode ser observado em estudos como aqueles desenvolvidos por Frenzel et. al. (2011) e Balbinot e Pereira (2007).

Isso parece ocorrer em virtude de alterações que são aos poucos introduzidas nas organizações, seja em função da incompatibilidade organizacional com questões jurídicas e fiscais ou de crenças arraigadas à lógica do mercado, que modificam importantes dimensões da sua constituição, alterando, em uma analogia biológica, o seu DNA¹.

Sobre essas importantes dimensões, Ramos (1981), ao tratar da delimitação dos sistemas sociais, a partir do Paradigma Paraeconômico, expõe a necessidade de se considerar as características que compõem cada uma dessas dimensões nos diferentes enclaves. Ramos (1981) denominou essas características de Lei dos Requisitos Adequados, ou seja, explicitando aqueles aspectos que seriam relevantes, tanto para a consecução como também para a garantia dos objetivos de cada um dos espaços sociais necessários a vida humana associada. A expectativa é de que tais características possam auxiliar no planejamento de uma sociedade multicêntrica, em que a variedade de sistemas sociais privilegie a autorrealização das pessoas. (RAMOS, 1981).

Ramos (1981) enumera essas dimensões como tecnologia, tamanho, cognição, espaço e tempo. A tecnologia se refere ao sistema de apoio de qualquer sistema social; o tamanho, ao número de pessoas do cenário social; a cognição se refere aos tipos e formas de conhecimento que prevalecem de maneira hierárquica em função da natureza do sistema social; o espaço diz respeito ao local reservado ao sistema social; e o tempo se refere à orientação temporal dos membros de um sistema social.

Para cada um dos enclaves, então, se observaria a predominância de algumas características nessas dimensões, as quais estariam associadas à consecução dos seus objetivos. Nas organizações isonômicas e fenonômicas, por exemplo, prevaleceriam características relacionadas a aspectos que privilegiaram a participação nas decisões, a proximidade social, a

¹ DNA é a sigla para ácido desoxirribonucleico, que é um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e funcionamento de todos os seres vivos e de alguns vírus.

autorrealização pessoal a partir do convívio, o interesse coletivo em detrimento do individual, com proporções de participantes adequadas as suas metas (RAMOS, 1981).

Considerando-se então as questões relacionadas à associação entre cultura e economia na perspectiva da economia criativa e as características das organizações circenses isonômicas e fenonômicas, em especial com referência as suas principais dimensões, surge o pressuposto de que a abordagem da economia criativa gera tensões nessas organizações, expondo-as ao risco de unidimensionalização de suas características quando expostas a lógica do mercado.

A proposta deste artigo então, é o de apresentar os resultados obtidos a partir do estudo de caso de uma organização circense com características isonômica e fenonômica inserida na perspectiva da economia criativa e as tensões que são exercidas pelo mercado nas dimensões de tecnologia, tamanho, espaço e tempo.

2. O PARADIGMA PARAECONÔMICO E A LEI DOS REQUISITOS ADEQUADOS

O Paradigma Paraeconômico de Guerreiro Ramos (1981) é uma proposta do autor na direção de se superar a unidimensionalização que tem prevalecido na sociedade, em que a economia de mercado passou a ser central na ordenação da vida das pessoas.

O ponto central do modelo multidimensional é baseado na delimitação organizacional, a qual envolve a visão de uma sociedade que é composta por diferentes enclaves, em que o homem atua em diferentes atividades substantivas, integrativas entre si, com um sistema de governo social capaz de efetuar a formulação e implementação de políticas públicas distributivas, que possibilitam um tipo ótimo de transações entre os diferentes enclaves sociais. Nesse modelo o mercado é um enclave social legítimo e necessário, porém limitado e regulado (RAMOS, 1981).

Como categorias delimitadoras do paradigma paraeconômico, além do mercado, Ramos (1981) apresenta os seguintes enclaves: anomia, horda, isonomias, fenonomias e isolado.

Considerando a proposta da delimitação dos sistemas sociais, Ramos (1981) expõe as características das dimensões de tecnologia, tamanho, cognição, espaço e tempo para cada um dos enclaves, de forma prática, de maneira que estas possam ser utilizadas como um ponto de partida para a análise e o planejamento, sob uma perspectiva heurística.

Em cada um dos enclaves se observaria a predominância de algumas características dessas dimensões, as quais estariam associadas à consecução dos seus objetivos. Nas organizações isonômicas e fenonômicas, por exemplo, prevaleceriam características relacionadas a aspectos que privilegiariam a participação nas decisões, a proximidade social, a atualização pessoal a partir do convívio, o interesse coletivo em detrimento do individual e proporções de participantes adequadas as suas metas (RAMOS, 1981).

Já nas economias baseadas no mercado, prevaleceriam características funcionais, relacionadas a decisões mais do tipo top-down, com alguma ou nenhuma participação das pessoas nas decisões, grandes proporções ou preocupação em ver o crescimento como algo linear a ser perseguido, sendo caracterizadas pelo emprego de normas, regulamentos e controle nas suas atividades, espaços sócioafastadores que não privilegiam o contato pessoal, predominando o conhecimento técnico e o tempo serial, linear ou sequencial, sobre outras formas (RAMOS, 1981).

Apesar de serem cinco as dimensões apresentadas por Ramos (1981), nesta proposta optou-se por considerar somente as dimensões de tecnologia, tamanho, espaço e tempo, descartando-se a cognição, pois essa dimensão envolve uma complexidade que justificaria um trabalho único a seu respeito, tendo em vista o que até então já foi produzido nas diferentes ciências, uma vez que envolve a sociologia do saber, conforme apontado por Gurvitch (1969).

3. METODOLOGIA

A abordagem empregada no estudo foi a qualitativa, que possui como característica a flexibilidade e a diversidade, além de valorizar a subjetividade inerente ao comportamento humano e evidenciar a complexidade da vida e os significados ignorados da vida social, permitindo uma melhor compreensão do fenômeno estudado (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001; CHIZZOTTI, 1991).

A estratégia foi a do estudo de caso único, que auxilia na compreensão de fenômenos sociais complexos, contribuindo para o conhecimento de fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros que também possam ser relacionados a esses aspectos. É uma estratégia de pesquisa que permite o estudo dos fenômenos em profundidade dentro do seu contexto, sendo ainda adequado para o estudo de processos e para a análise dos fenômenos sob diferentes ângulos (YIN, 2005).

O estudo, intrínseco e instrumental (STAKE, 1994), do tipo longitudinal, apreciou história do caso. Conforme Bonamino e Oliveira (2013) os estudos longitudinais, diferentemente dos seccionais, são aqueles capazes de fornecer, de maneira mais precisa, estimativas de mudanças temporais.

A pesquisa se caracteriza ainda como descritiva e interpretativa, tendo em vista que a sua proposta é a de conhecer o grupo, seus traços característicos, as pessoas que o compõem, seus problemas, informações fundamentais para o entendimento do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987).

3.1. Escolha do caso

A escolha do caso foi conduzida observando-se dois pressupostos: primeiro que a organização da área da cultura estivesse inserida no contexto da economia criativa. Segundo, que as características organizacionais se aproximassem daquelas referenciadas às isonomias e fenomenias, conforme descrito por Ramos (1981).

Considerando-se o primeiro pressuposto e a necessidade de se estabelecer parâmetros para o reconhecimento da organização como inserida no contexto da economia criativa, optou-se pela utilização das definições já empregadas pelo MinC através da Secretaria de Economia Criativa. De acordo com essas definições, a organização deveria desenvolver atividades produtivas que tivessem como processo principal um ato criativo que gerasse um produto, bem ou serviço cuja dimensão simbólica fosse determinante do seu valor e que resultasse na produção de riqueza cultural, econômica e social através da criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição desse produto, bem ou serviço (BRASIL, 2012).

Já com relação ao segundo pressuposto, buscou-se observar se as características organizacionais se aproximavam de aspectos referenciados a isonomias e fenomenias, ou seja, se estavam relacionadas a um espaço no qual todos os membros são iguais, ou, ainda, se a organização se caracteriza como sendo um local de máxima opção pessoal com uma reduzida subordinação a prescrições operacionais formais (RAMOS, 1981).

Com base nos pressupostos, através de uma pesquisa exploratória que envolveu pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e comparecimento em atividades artísticas, foi escolhido como objeto de estudo o Circo da Dona Bilica.

3.2. Coleta e análise dos dados

A coleta de dados, utilizando fontes primárias e secundárias, iniciou-se em novembro de 2014, por cinco meses (de abril a agosto de 2015) a presença do pesquisador foi semanal e frequente no Circo, acompanhando e auxiliando nas atividades.

Como fontes primárias, cita-se o uso da observação participativa e entrevistas informais ou espontâneas com os participantes da organização, que aconteciam durante o acompanhamento das atividades. Com relação às fontes secundárias, a coleta fez uso da

pesquisa documental e de registros em arquivos, com a utilização de documentos públicos e internos à organização, reportagens impressas, relatórios e mídias eletrônicas, entre outros. Em estudos dessa natureza, a pesquisa documental é primordial, podendo somente ser descartada nos casos em que a sociedade investigada não domine a arte da escrita (YIN, 2005).

Para a análise dos dados coletados, uma das técnicas empregadas foi a análise de conteúdo, que se caracteriza pela utilização de um conjunto de técnicas de análise das comunicações. (BARDIN, 2004).

Como procedimento, foi adotada a análise categorial, com a delimitação de unidades de codificação, ou de registro, e unidades de contexto, no caso deste trabalho denominadas elementos de análise, que, por serem superiores às unidades de codificação, não foram empregadas no recenseamento das ocorrências, mas permitiram a compreensão da significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto, conforme proposto por Bardin (2004).

3.3. Quadro de análise

Para a análise do caso, é apresentada uma proposta de quadro de análise que permita o estudo de organizações incluindo-se aquelas consideradas como ausências, ou seja, que normalmente não são abordadas pelos estudos organizacionais. Para tal, emprega-se características das dimensões dos espaços sociais esboçadas por Ramos (1981), com o aporte de outros autores como Hall (1990); Gurvitch (1969); Scott (1998); Ramos (1983); Clegg (1990); Lefebvre (2013); Butler (1995); Volberda (1998); Dellagnelo e Machado da Silva (2000); Paula (2002); Hall (2004); Santos (2008); e Cupani (2013).

Deve se considerar que a proposta aqui apresentada tem objetivos heurísticos, não se pressupondo que seja caracterizada como definitiva ou modelo, ou seja, o propósito é servir como instrumento para o raciocínio acerca dessas organizações e suas práticas, algo para o qual Ramos (1981, 1983) chama atenção na apresentação do Paradigma Paraeconômico, além de referirem a modelos ideais, não se esperando encontrá-las de forma pura, mas sim combinadas de diferentes maneiras, em maior ou menor grau nos sistemas sociais.

Quadro 1 – Características das dimensões dos espaços sociais

Enclave Dimensão	Economia	Isonomia	Fenonomia
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> Alto ou baixo potencial de flexibilidade Flexibilidade em função do mercado <ul style="list-style-type: none"> Objetiva a eficiência Arranjo <i>heteronomous</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Alto potencial de flexibilidade Flexibilidade espontânea Objetiva a realização humana Arranjo <i>autonomous</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Alto potencial de flexibilidade Flexibilidade espontânea Objetiva a realização humana Arranjo <i>autonomous</i>
Tamanho	<ul style="list-style-type: none"> Grande número de participantes Pessoas tratadas como categorias 	<ul style="list-style-type: none"> Proporções moderadas de participantes Pessoas tratadas como indivíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Menor tipo concebível de cenário social Pessoas tratadas como indivíduos
Espaço	<ul style="list-style-type: none"> Socioafastador Conteúdo matematizado Abstrato 	<ul style="list-style-type: none"> Socioaproximador Teatro da ação, domínio da liberdade Diferencial 	<ul style="list-style-type: none"> Socioaproximador Teatro da ação, domínio da liberdade Diferencial
Tempo	<ul style="list-style-type: none"> Tempo serial, linear ou sequencial Monocrônico / Policrônico Tipo relógio 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo convival, Policrônico Tipo orgânico 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo de salto Policrônico Tipo orgânico

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.4. CONSTITUTIVOS ANALÍTICOS

3.4.1. Tecnologia

Neste trabalho a definição de tecnologia empregada foi aquela apresentada por Cupani (2013), em que a mesma se refere a uma realidade polifacetada, que não se refere somente a objetos e seus conjuntos, mas também diz respeito a sistemas, processos, modos de proceder e a uma mentalidade.

Para a análise da tecnologia, a proposta foi a de observar o **potencial de flexibilidade**, as **razões para flexibilidade**, os **objetivos de novas tecnologias** e o tipo de **arranjo predominante**, se *heteronomous* ou *autonomous*.

Com relação ao **potencial de flexibilidade**, foram observados os **modos de produção**, o **arranjo físico**, os **meios de transformação** e o **repertório de produção**, analisando se a predominância é a da existência de uma tecnologia rotineira ou de uma tecnologia não rotineira, que estão associadas, respectivamente, a um baixo ou alto potencial de flexibilidade (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000).

Há de se considerar, no entanto, as questões relacionadas aos fatores motivadores para o surgimento de organizações com arranjos flexíveis. Isso é necessário em virtude do fato de que a flexibilização poderá estar atrelada unicamente à adequação a uma demanda de mercado, resultante do esgotamento do modelo Taylorista-Fordista, conforme pontuado por Paula (2002), e não por uma característica intrínseca à organização em uma perspectiva isonômica ou fenonômica.

Nesse sentido, incluíram-se as **razões da flexibilidade**, observando se esta ocorre em função do **mercado** ou de maneira **espontânea**, ou seja, se é um processo adaptativo ou algo característico da própria organização.

Além dessas questões, é relevante observar qual a perspectiva adotada para a escolha das tecnologias utilizadas, conforme observa Cupani (2013), ou seja, se ocorre em virtude de uma busca por **realização humana** ou se o foco é exclusivamente voltado para **eficiência**. Para permitir tal análise, foram incluídas as características relacionadas aos **objetivos** da adoção de **novas tecnologias**.

Por fim, através da **autonomia dos indivíduos**, **divisão do trabalho** e **comunicações internas**, buscou-se observar se a organização possui aspectos relacionados ao arranjo *autonomous*, na qual o indivíduo é estimulado a ser um agente esclarecido, capaz de fazer uso de sua racionalidade no seu dia a dia, ou se se aproxima do arranjo *heteronomous*, caracterizado pela subordinação clara dos profissionais a uma estrutura administrativa, com o predomínio de uma baixa autonomia. Ao contrário de seus pares *autonomous*, eles estão sujeitos à supervisão rotineira e normalmente envolvem tarefas que são um pouco complexas e incertas (SCOTT, 1998).

Considerando-se, portanto, essas características, foram definidos os seguintes elementos para serem observados:

Quadro 2 – Aspectos analisados na dimensão tecnologia

Economia	Isonomia	Fenonomia	Elementos de Análise	
Alto ou Baixo Potencial de Flexibilidade	Alto Potencial de Flexibilidade	Alto Potencial de Flexibilidade	Modos de produção	processo.....massa.....grandes lotes.....pequenos lotes.....unitário
			Arranjo Físico	linha.....grupo.....funcional.....estação de trabalho
			Meios de transformação	especializado.....multipropósito.....universal
			Repertório de produção	limitado.....extenso
Flexibilidade em função do mercado	Flexibilidade espontânea	Flexibilidade espontânea	Razões para a flexibilidade	imposta pelo mercado.....inerente
Objetiva a eficiência	Objetiva a realização humana	Objetiva a realização humana	Pressupostos para escolha de novas tecnologias	rentabilidade.....qualidade de vida
Arranjo <i>Heteronomous</i>	Arranjo <i>Autonomous</i>	Arranjo <i>Autonomous</i>	Autonomia dos indivíduos	restrita.....ampla
			Divisão do trabalho	prescrita.....autônoma
			Comunicações internas	escassas.....abundantes

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.4.2. Tamanho

Para este trabalho a definição de tamanho fica condicionada ao que considera Ramos (1981), ou seja, é o número de indivíduos que compõe uma organização, e não se refere a outras

dimensões que possam ser empregadas como delimitadoras e classificatórias, como, por exemplo, a capacidade física, que se refere à amplitude física da empresa, os insumos ou resultados, que se referem, por exemplo, ao número de clientes, ou ainda os aspectos relacionados aos recursos disponíveis para investimento, que podem ser exemplificados pelos ativos líquidos que a organização possui.

O tamanho, considerando-se que não existe uma delimitação fixa para o número de componentes de uma organização, a proposta, conforme Ramos (1981), é a de que a definição seja *ad hoc*. Dessa forma, incluiu-se para análise o **número de participantes** da organização, envolvendo a observação da existência ou não de restrições com relação à quantidade de participantes, os motivos para ocorrência de variação no tamanho da organização, os eventuais fatores de restrição a essa variação e a forma como se dá o ingresso de novos participantes.

Outro aspecto incluído no quadro diz respeito à **participação** dos membros na tomada de decisão, já que em organizações isonômicas e fenonômicas o esperado é que elas procurem manter práticas que envolvam a deliberação entre seus membros. Conforme Ramos (1981) e Dahal (2001), essa característica tende a decrescer em virtude do aumento de tamanho, tendo em vista as dificuldades que surgem para que todos deliberarem sobre um determinado assunto. Dessa maneira, questões relacionadas à participação, como a **forma** e o **modo** como que ocorrem, se presenciais ou não, diretas ou representativas, são características incorporadas ao quadro de análise.

Além dessas questões são incluídos também na análise aqueles aspectos relacionados à **forma como os indivíduos são tratados na organização** e como eles **se sentem com relação a essa organização**, conforme Schumacher (1983) e Hall (2004). De acordo com esses autores, em organizações com grande número de integrantes, algo associado as economias, as pessoas tendem a ser tratadas de forma despersonalizada, com tendência ao aumento do estresse e a um moral baixo.

Dessa forma foram definidos os seguintes elementos de análise para essa dimensão:

Quadro 3 – Aspectos analisados na dimensão tamanho

Economia	Isonomia	Fenonomia	Elementos de Análise		
Grande número de participantes.	Proporções moderadas de participantes.	Menor tipo concebível de cenário social.	Número de Participantes	Quantidade	irrestrito.....restrito
				Motivadores para alteração	externos.....internos
				Fatores de restrição	produção.....participação
				Forma de ingresso	contratação.....associação
			Participação	Forma	representativa.....direta
				Modo	distanciada.....face a face
Pessoas tratadas como categorias	Pessoas tratadas como indivíduos	Pessoas tratadas como indivíduos	Modo como os indivíduos são tratados na organização		despersonalizada.....personalizada
			Forma como as pessoas se sentem em relação a organização		moral reduzido.....moral elevado

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.4.3. Espaço

A definição de espaço empregada neste trabalho se baseia em Lefebvre (2013), ou seja, é a produção social resultante da relação dialética entre as práticas espaciais, as representações do espaço e o espaço de representação de uma organização.

Para operacionalização da análise da dimensão do espaço, a proposta foi a de observar as características **sociais do espaço**, se **afastadoras** ou **aproximadoras**; a forma como o espaço está moldado, se **matematizado** ou **livre, teatro da ação**; e como estão dispostas as funções, elementos e momentos da prática social no espaço, se em uma perspectiva **abstrata** ou **diferencial**.

Com relação às características sociais, se **socioaproximadoras ou afastadoras**, foram elencadas para observação as **características fixas do espaço, as semifixas e as informais**, na expectativa de se perceber se estas promovem relações de primeiro grau, de aproximação, de interação ou se o seu objetivo é o de condicionar a percepção e uso do espaço em uma perspectiva unicamente técnica, restringindo as interações pessoais (RAMOS, 1981; HALL, 2005).

No que se refere à **conformação do espaço**, se favorece a **matematização** ou o **exercício da liberdade**, como **teatro da ação**, foi empregada para análise a **forma como o espaço está moldado**, se organizado ou informal. Em um espaço matematizado, a vida social tende a atender aos interesses hegemônicos, ou seja, subordinando as pessoas às condições do maior lucro possível para os mais fortes e para a maior alienação possível. “Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos” (SANTOS, 2008, p. 31).

Em sendo o espaço o teatro obrigatório da ação, o domínio da liberdade, ele é algo dinâmico e unitário, onde se encontram a materialidade e a ação humana de maneira livre. Os objetos culturais deixam de se tornar cada vez mais técnicos e específicos, sendo deliberadamente produzidos e localizados de forma a melhor responder aos objetivos previamente estabelecidos; as ações, por sua vez, deixam de ser cada vez mais ajustadas e racionais, algo defendido por Santos (2008).

A respeito do tipo de espaço predominante, se **abstrato** ou **diferencial**, foi observada a forma como são tratadas as funções, elementos e momentos das práticas sociais, se reunidas ou separadas no espaço.

O espaço abstrato é uma produção do capitalismo e do neocapitalismo, o qual contém o mundo da mercadoria, sua lógica e as suas estratégias. Nele a atividade produtiva, a mão de obra, deixa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social, ela se torna independente desse processo, o trabalho se torna abstrato. Já o diferencial se caracteriza por colocar um fim naquelas localizações que rompem tanto com a unidade do corpo (individual e social) como com o *corpus* das necessidades humanas e o *corpus* do conhecimento, ele reúne aquilo que o abstrato separa (LEFEBVRE, 2013).

De forma resumida, para a análise da dimensão espaço, as características foram agrupadas da seguinte forma:

Quadro 1 – Aspectos a serem analisados na dimensão espaço

Economia	Isonomia	Fenonomia	Elementos de Análise	
Sócioafastador	Sócioaproximador	Sócioaproximador	Características fixas: Conformações urbanas, aspectos externos, prédios e suas divisões internas.	pré-definido/eficiência.....diversificado/plural/bem-estar
			Características semifixas: aspectos internos, mobiliário, cores, paredes móveis	desagregadora.....aglutinadora
			Característica informal: distância íntima, distância pessoal, distância social e distância pública	protocolares.....afetivas
Conteúdo matematizado	Teatro de ação, domínio da liberdade	Teatro de ação, domínio da liberdade	Forma como o espaço está moldado	organizado.....informal
Abstrato	Diferencial	Diferencial	As funções, elementos e momentos da prática social no espaço.	separadas.....reunidas

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.4.4. Tempo

A definição de tempo adotada neste trabalho é de que este se trata de uma variável socialmente construída, em parte, e experimentada de diferentes formas, sendo um *continuum*

não espacial marcado por eventos² cujo ritmo nem sempre coincide com o tempo do relógio e que se desloca em uma aparente irreversibilidade do passado, através do presente, para o futuro (BUTLER, 1995; ANCONA; OKHUYSEN; PERLOW, 2001; HARVEY, 2012).

Para sua análise um dos aspectos utilizados foi o emprego da divisão sugerida por Ramos (1981) para se identificar qual o tipo de tempo que predomina na organização, ou seja, se o **tempo serial**, o **tempo convival** e o **tempo de salto**.

A perspectiva foi a de verificar como os membros da organização concebem o tempo, se sob uma perspectiva valorativa de mensuração econômica ou de autorrealização, em que a medida é a satisfação pessoal. Outro ponto é se os membros sentem a necessidade de uma rotina, **uma divisão clara**, devidamente alocada de diferentes atividades, de forma a dar uma percepção de linearidade ao tempo, ou se consideram isso irrelevante para ordenação de suas vidas.

Considerando-se, então, como o tempo interfere nas práticas diárias, por exemplo, nas práticas sociais de convívio, como reuniões e assembleias, foram incluídos aspectos para verificação de como se dá o **controle do tempo**, se este é **valorado**, se existem **rotinas** e como ele é **utilizado**.

Além desses aspectos, foram acrescentados elementos referentes ao tempo monocrônico e ao policrônico, que caracterizam como se dá a **divisão das atividades** ao longo do tempo, ou seja, com ou sem acúmulo, conforme aponta Hall (2005).

Por fim, agregaram-se as variáveis propostas por Butler (1995), considerando-se os períodos de tempo do tipo **relógio** e **orgânico**. O tempo do relógio é aquele associado ao ritmo do balanço de um pêndulo, mecânico, rígido, inflexível e pré-determinado. Nesse tempo a ênfase está na sincronização das atividades em uma ordem imóvel e pré-determinada. É o tempo que pode ser associado às burocracias (BUTLER, 1995).

O tempo orgânico é aquele que é percebido como um processo de crescimento natural pelo qual as ideias e ações se desenvolvem através de consensos e congruências sobre os futuros possíveis. A unidade do tempo orgânico tende a refletir no ciclo de crescimento natural, tendo como medida o fato de as ideias e ações estarem prontas, independentemente do relógio. Esse é o tempo das organizações coletivas (BUTLER, 1995).

De forma sintetizada a análise foi feita com base nos seguintes aspectos:

Quadro 2 – Aspectos a serem analisados na dimensão tempo

Economia	Isonomia	Fenonomia	Elementos de Análise		
Tempo serial, linear ou seqüencial	Tempo convival	Tempo de salto	Utilização do tempo	Controle do tempo	relógio.....aleatória
				Percepção por parte dos integrantes	reaçadadiscreta
				Valoração do tempo	mensurada.....desconsiderada
Monocrônico / Policrônico	Policrônico	Policrônico	Rotinização com base no tempo		unitária.....plural
			Divisão das atividades ao longo do tempo		quantitativo/mercadoria.....qualitativo/autorrealização
Tipo relógio	Tipo orgânico	Tipo orgânico	Experiência do tempo presente	linearidade, regularidade, ritmo novidade, concorrência, mobilidade	alta.....baixa
					baixa.....alta
			Experiência tempo passado	codificação do conhecimento	homogêneo.....heterogêneo

Fonte: Elaborado pelo autor.

² Eventos podem ser descritos como ocasiões socialmente significativas (BUTLER, 1995).

4. APRESENTAÇÃO DO RESULTADOS

4.1. Tecnologia

O que se percebeu com relação aos **modos de produção e meios de transformação** é que apesar de existir certa rotinização das atividades realizadas no Circo, **não existe** uma lógica previamente estipulada que as ordene de maneira sistemática, por **processo, especializada**.

A partir das observações infere-se que o Circo apresenta características que o associam como possuidor de um **alto potencial de flexibilidade**, a qual pode ser caracterizada como **espontânea** e, até certo ponto, ocorre em razão de alguns aspectos serem inerentes à própria atividade cultural em si, como o trabalho em **projetos** ou pelo fato de possuir um **extenso repertório de produção**, características associadas a isonomias e fenonomias, de acordo com o quadro de análise proposto.

Por outro lado, quando se olham para os **pressupostos que orientam a escolha de novas tecnologias** e o **arranjo de trabalho** predominante, percebe-se uma orientação voltada para a **eficiência** e para o arranjo *heteronomous*, mais próximos de economias. Ou seja, a busca é pela **rentabilidade**, existindo certa **restrição à autonomia** dos indivíduos com a busca pela **prescrição da divisão do trabalho**. A exceção nesse caso são as **comunicações**, as quais se mantêm **abundantes**, não sofrendo interferências.

4.2. Tamanho

Foi observado no Circo a predominância de características que ainda podem ser associadas a isonomias e fenonomias e que são resultantes da manutenção de **proporções moderadas** (pequeno tamanho) e das pessoas sendo tratadas como **indivíduos** e não como categorias.

A manutenção da proporção do **número de participantes** em um patamar relativamente reduzido tem proporcionado uma **proximidade** entre os integrantes, permitindo a **participação direta** nos assuntos relacionados ao Circo e as suas atividades, com a maioria das conversas acontecendo **face a face**, com o predomínio do **tratamento personalizado** entre as pessoas.

Outro aspecto observado é que, mesmo no caso das pessoas que são contratadas de maneira formal, seguindo a legislação trabalhista, o espírito que tem prevalecido é o **de associação**, ou seja, aqueles que ali estão se identificam com a iniciativa e com as atividades que são desenvolvidas no Circo, em uma perspectiva mais próxima de uma relação afetiva do que de uma relação pura e simplesmente trabalhista. Isso reflete, entre outros aspectos, na demonstração por parte dos participantes **de um moral elevado** com relação ao Circo, um sentimento de pertencimento, traduzido na crença e no empenho em levar adiante a proposta de tornar o espaço um palco permanente para as mais diversas manifestações artísticas e culturais da cidade, principalmente por estarem envolvidos em atividades que lhes são **autogratis**.

Apesar disso, assim como na tecnologia, observa-se em relação ao tamanho uma clara tendência e desejo de se alterar alguns aspectos dessa dimensão na direção de uma perspectiva mais voltada ao enclave econômico, nesse caso com o aumento do número de integrantes que atuam no Circo. Isso somente não ocorre em função das restrições financeiras que são impostas ao Circo, que são resultantes da sua receita

4.3. Espaço

A partir das observações realizadas, infere-se que o espaço no Circo da Dona Bilica revela características que estão mais próximas às isonomias e fenonomias, com a predominância de **aspectos socioaproximadores**, podendo ser considerado, conforme Santos (2008), um **teatro da ação**, em que as pessoas podem exercer a sua **liberdade** no dia a dia, não sendo isoladas no seio do espaço em locais de completa dependência e sujeição à técnica, em uma perspectiva

mais próxima ao espaço do tipo **diferencial**, em que as funções, elementos e momentos da prática social não se dão de maneira separada no espaço.

Cabe ressaltar que algumas características do espaço do Circo não têm permanecido estáticas, como no que se refere a sua conformação interna, por exemplo, a qual tem sofrido alterações. Isso tem ocorrido principalmente para atender às demandas do segmento gastronômico, em especial o restaurante.

Portanto, também no espaço se observa uma preocupação com aspectos relacionados ao mercado, ainda que talvez circunscritos somente ao restaurante, mas que podem influenciar todos os demais espaços e com isso alterar as características isonômicas e fenonômicas observadas neste estudo com relação a essa dimensão.

4.4. Tempo

Considerando-se então o que foi observado, infere-se que as características do tempo no Circo da Dona Bilica ainda trazem consigo aspectos relacionados a isonomias e fenonômias, com um predomínio de um **tempo convival ou de salto**, de aspectos **policrônicos**, em que a experiência do tempo se aproxima mais de organizações do **tipo orgânico** do que do tipo relógio.

Com relação ao **tempo convival ou de salto**, isso foi percebido observando-se que nos aspectos relacionados à **utilização do tempo, o controle do tempo** se dá de forma mais **aleatória**, pautado na satisfação pessoal, na autorrealização, no convívio e no ato de criação.

A partir das observações, infere-se que a **percepção do tempo** por parte dos integrantes acaba sendo **discreta**, ou seja, a percepção do tempo não é tão contundente, questões como a passagem do tempo, o fato de o tempo estar se arrastando ou acelerado não se revelam uma preocupação.

No que se refere a **utilização do tempo**, observou-se que no Circo a **valoração do tempo** não é percebida, sendo aparentemente **desconsiderada** no dia a dia. Com relação às características **policrônicas**, observou-se que a **rotinização das atividades** ao longo do tempo ocorre de maneira **plural**, não prevalecendo a divisão das atividades de maneira unitária ao longo de uma escala de tempo regular, fracionada, respeitando o fim de uma atividade para dar início a outra.

No que diz respeito à **divisão das atividades ao longo do tempo**, percebeu-se, diferentemente das demais características com traços mais isonômicos e fenonômicos, a presença de traços mais próximos ao enclave econômico. Essa constatação resulta do fato de que na divisão das atividades a maior parte do tempo disponível, se não a sua totalidade, acaba sendo ocupada para atender unicamente aos aspectos **quantitativos**, de entrega de **mercadorias**, no caso do Circo representados pelos serviços gastronômico e de entretenimento, que são seus produtos principais. Isso resulta em uma margem de manobra muito pequena para que parte desse tempo seja reservado e utilizado para o atendimento de fatores mais qualitativos, relacionados à autorrealização.

Por fim, observou-se no Circo a predominância da **experiência de tempo** do tipo **orgânica**, a qual é associada às organizações do tipo coletivo. Esse resultado surge baseado em dois fatores empregados na análise: a **experiência do tempo presente** e a **experiência do tempo passado**.

Com relação à **experiência do tempo presente** identificou-se que a **linearidade, a regularidade e o ritmo dos eventos** se caracterizam como **baixa**, não prevalecendo frequências compassadas baseadas em um ritmo que coincide com o tempo do relógio.

Já no que se refere à **novidade, concorrência e a mobilidade** dos eventos na **experiência do tempo presente**, a percepção pode ser caracterizada como **alta**, pois as atividades culturais ali desenvolvidas sempre envolvem acontecimentos diferentes, com a realização simultânea de

distintos projetos, o que acaba dividindo as atenções e reforçando a sensação de que algo novo está sempre sendo realizado.

A **experiência do tempo presente** parece trazer consigo uma constante percepção de mobilidade, fluidez, fugindo de padrões de rigidez, muitas vezes associados a organizações burocráticas do enclave econômico.

Essas características isonômicas e fenonômicas observadas na **experiência do tempo presente** também se manifestam no que se refere à **experiência do tempo passado**, já que no Circo observa-se a predominância de códigos **heterogêneos**.

Considerando-se então os aspectos observados acerca da dimensão tempo no Circo da Dona Bilica, o que se percebe é uma predominância de características que o aproxima de espaços isonômicos e fenonômicos, porém também se observa nessa dimensão, na categoria de **divisão das atividades ao longo do tempo**, que esta apresenta características mais próximas a espaços econômicos. Isso é resultado de uma predominância de atividades quantitativas, focadas na produção e na entrega de serviços artísticos e gastronômicos.

Com base então nas observações realizadas acerca das dimensões de tecnologia, tamanho, espaço e tempo e as inferências delas decorrentes, os resultados podem ser resumidos conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Dimensões do Circo, características e associação com os enclaves

Enclaves Dimensões	Economia	Isonomia/Fenonomia
Tecnologia	Arranjo físico e a escolha de novas tecnologias voltados para a eficiência, com orientação para arranjos <i>heteronomous</i> , com certa restrição à autonomia dos indivíduos, preocupação com a busca pela prescrição e divisão do trabalho.	Modos de produção e meios de transformação unitários e universais, com predomínio de um repertório de produção extenso, por projetos, com um alto potencial de flexibilidade, inerente, predominando comunicações abundantes.
Tamanho	Aumento de tamanho irrestrito, influenciado por aspectos internos e externos, sendo a restrição decorrente de fatores associados à produção sazonal.	Proporções moderadas, pessoas tratadas como indivíduos, com participação direta nos assuntos relacionados ao Circo, predomínio de conversas face a face e tratamento personalizado, com o ingresso ocorrendo mais por associação, prevalecendo um moral elevado com relação à organização.
Espaço	Alterações que têm sido introduzidas nas características fixas e semifixas do espaço, como o restaurante, com o espaço passando a ser moldado de forma mais organizada, voltado à matematização.	Características físicas associadas à diversidade, ao plural e ao bem-estar, com aspectos semifixos que facilitam e promovem relações primárias, prevalecendo características informais de aspectos afetivos, proporcionando que as pessoas podem exercer a sua liberdade no dia a dia, com funções, elementos e momentos da prática social reunidas.
Tempo	Na divisão das atividades ao longo do tempo, predomínio da ocupação do tempo com o atendimento de aspectos quantitativos, relacionados à entrega de mercadorias, desconsiderando fatores mais qualitativos voltados à autorrealização.	Na utilização do tempo, o controle do tempo se dá de forma mais aleatória, com uma percepção acerca do tempo discreta, com baixa valorização, em que a rotinização das atividades ocorrem mais de maneira plural, com baixa linearidade, regularidade e ritmo dos eventos, em que a novidade, concorrência e a mobilidade dos eventos podem ser caracterizadas como alta no que se refere à experiência do tempo presente, com a predominância de códigos heterogêneos na experiência do tempo passado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise revelou que, apesar de as dimensões do Circo da Dona Bilica ainda apresentarem características isonômicas e fenonômicas (muitas delas decorrentes da própria atividade cultural em si e não resultantes de uma deliberação consciente), elas estão sofrendo tensões a partir da influência do mercado. Conforme Rubim (1980), as condicionantes do mercado e as suas consequentes flutuações fazem com que os produtores, subordinados a essa

lógica, procurem adaptar suas atividades de trabalho, durante o processo de produção, de maneira antecipada, às condições que são esperadas pelo mercado.

Isso revela um paradoxo que envolve a necessidade de se manter econômica e financeiramente a partir da lógica do mercado e o risco de que a adoção de suas práticas ameace justamente aquelas características que o difere de organizações formais e que estão relacionadas, por exemplo, à dádiva, à doação e à autorrealização que muitas vezes caracterizam o trabalho artístico.

No Circo, essa adaptabilidade surge com a busca de uma maior eficiência na realização das atividades, resultado de uma instabilidade da demanda, a qual pressiona a capacidade de sustentabilidade econômico-financeira do Circo e exerce uma tensão sobre as dimensões, no sentido destas serem adequadas a parâmetros mais “profissionais”. Na percepção declarada pelos fundadores e administradores do Circo, essa profissionalização passaria pela adoção de técnicas de gestão originárias do mercado, revelando a crença de que o *management* é a solução para qualquer problema, e que protege a organização e a todos contra o caos e a ineficiência, garantindo de maneira inequívoca o alcance dos objetivos almejados, conforme apontado por Parker (2002).

Essa propensão de organizações culturais serem influenciadas pelo mercado revela uma tendência que não é exclusividade desse caso, já tendo sido observada por outros autores que analisaram outras características de organizações culturais e perceberam uma corrente subsunção da cultura ao mundo dos negócios, passando a adotar práticas transpostas deste processo que induz as organizações a adotarem novas estruturas e processos de gestão capazes de aumentar sua capacidade competitiva. Essas mudanças conduzem as organizações culturais a alterações em seus pressupostos, como a racionalidade subjacente e as suas práticas e objetivos (GAMEIRO; MENEZES; CARVALHO, 2003; GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003; PIMENTEL et al., 2007; HOFFMANN; DELLAGNELO, 2007; NOGUEIRA, 2007; SOUZA; CARRIERI, 2011).

Com relação à simples transposição e ao emprego de técnicas de gestão em organizações culturais como o Circo da Dona Bilica, é preciso considerar a existência de certa incongruência entre os princípios envolvidos no pensar artístico, baseado na dádiva, na doação e em uma racionalidade substantiva, e aqueles que norteiam as economias formais, orientados por uma racionalidade instrumental.

O pensar artístico, diferentemente das práticas de negócios, normalmente não possui como objetivo a maximização da eficiência. Diferentemente das indústrias tradicionais, nas quais a racionalidade, a funcionalidade e a instrumentalidade tendem a decidir as prioridades e a alocação de recursos, no campo das atividades culturais, as concepções estéticas e artísticas podem possuir forte influência nas escolhas e no direcionamento de recursos. (RAMOS, 1981; BENDIXEN, 2010; LAWRENCE; PHILLIPS, 2009; BENDASSOLLI et al. 2009).

Portanto, a desconsideração dessas peculiaridades pode resultar, ao final, em mudanças profundas no fazer artístico e nas características de organizações culturais como o Circo da Dona Bilica. Nesse caso, influenciando a autorrealização, a satisfação pessoal e a autonomia individual, podendo ainda refletir nos princípios que norteiam as suas ações de autonomia organizacional, liberdade e independência.

Considerando-se os resultados obtidos, infere-se que a organização cultural estudada, com traços isonômicos e fenonômicos, ao se lançar ao mercado, no atual contexto que envolve a economia criativa no Brasil, tende a sofrer tensões que provocam alterações nas dimensões de tecnologia, tamanho, espaço e tempo, motivadas principalmente pela busca de recursos financeiros, alterando suas características na direção de uma perspectiva mais próxima de economias formais.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ALVES, E. P. M. A economia criativa do (no) Brasil. **III Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Salvador: [s.n.]. 2012. p. 14.

ANCONA, D. G.; OKHUYSEN, G. A.; PERLOW, L. A. Taking time to integrate temporal research. **Academy of Management Review**, New York, v. 26, n. 4, p. 512-529, 2001.

BALBINOT, E. L.; PEREIRA, B. A. D. Particularidades Inerentes ao Modelo de Gestão de um empreendimento de Economia Solidária: o Caso do Projeto Esperança/Cooesperança. In: XXXI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD, 2007, Rio de Janeiro, RJ. **Anais do ENANPAD**, 2007, v. 1, p. 1-15, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BENDASSOLLI, P. F. **Estudo exploratório sobre indústrias criativas no Brasil e no Estado de São Paulo**. Relatório de pesquisa. Fundação Getúlio Vargas – FGV. São Paulo, 2007.

BENDASSOLLI, F. et al. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, p. 10-18, jan./mar. 2009.

BENDIXEN, P. **Managing art: an introduction into principles and conceptions**. Berlin: Lit Verlag, 2010.

BLOCK, F. Introdução. In: POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012. p. XXVII-XLVIII.

BOLAÑO, C. Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 367-380, jul./dez. 2011.

BONAMINO, A. M. C. D.; OLIVEIRA, L. H. G. D. Estudos longitudinais e pesquisa na educação básica. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 19, n. 38, p. 33-50, jan./abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura do Brasil. **Plano da Secretaria de Economia Criativa**. Brasília, 2012.

BUTLER, R. Time in organizations: its experience, explanations and effects. **Organization Studies**, Thousand Oaks, v. 16, n. 6, p. 925-950, nov. 1995.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

CLEGG, S. **Modern organizations: organization studies in the postmodern world**. London: Sage Publications, 1990.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia: um convite**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

DAHAL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DELLAGNELO, E. H. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. Novas Formas Organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações e Sociedade O&S**, v. 7, n. 19, 2000.

FRENZEL, F. et al. Comparing alternative media in north and south: the cases of IFIWatchnet and Indymedia in Africa. **Environment and Planning**, London, v. 43, n. 5, p. 1173-1189, 2011.

GAMEIRO, R.; MENEZES, M. F. D.; CARVALHO, C. A. Maracatu pernambucano: resistência e adaptação na era da cultura mundializada. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; (Org.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003. Cap. 10, p. 191-203.

GARLAND, S. The Space, the Gear, and Two Big Cans of Beer: Fora do Eixo and the Debate over Circulation, Remuneration, and Aesthetics in the Brazilian Alternative Market. **Journal of Popular Music Studies**, Hoboken, v. 24, n. 4, p. 509-531, December 2012.

GARNHAM, N. From cultural to creative industries: an analysis of the implications of the “creative industries” approach to arts and media policy making in the United Kingdom. **International Journal of Cultural Policy**, London, 11, 2005. 15-29.

GAY, P. D.; PRYKE, M. **Cultural economy: an introduction**. In: GAY, P. D.; PRYKE, M. **Cultural economy: cultural analysis and commercial life**. London: Sage, 2002. p. 1-19.

GIBSON, C.; KONG, L. Cultural economy: a critical review. **Progress in Human Geography**, London, 2005. 541-561.

GOULART, S.; MENEZES, M. F. D.; GONÇALVES, J. C. Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da Região Metropolitana do Recife. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. (Orgs.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003. Cap. 6, p. 118-130.

GURVITCH, G. **Os quadros sociais do conhecimento**. Rio de Janeiro: Moraes Editores, 1969.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2012.

HESMONDHALGH, D. **The cultural industries**. 2. ed. London: Sage, 2008.

- HOFFMANN, S. R. B.; DELLAGNELO, E. H. L. Transformações ns objetivos de organizações culturais sem fins lucrativos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, mar. 2007.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HOWKINS, J. **The creative economy**. New York: Penguin Books, 2007.
- JEFFCUTT, P. Mangement and the creative industries. **Studies in culture, organizations and societies**. Abingdon, v. 6, n. 2, p. 123-127, 2000.
- LAWRENCE, T. B.; PHILLIPS, N. Understanding Cultural Industries. **Journal of Management Inquiry**, Thousand Oaks, CA, v. 11, n. 4, p. 430-441, December 2002.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. 1. ed. Madri: Capitán Swing Libros, 2013.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- LOACKER, B. Becoming ‘culturpreneur’: How the ‘neoliberal regime of truth’ affects and redefines artistic subject positions. **Culture and Organization**, Abingdon-UK, v. 19, n. 2, p. 124-145, 2013.
- NOGUEIRA, A. C. **Pontos de cultura, particularidades na gestão?: um estudo na primeira capital brasileira da cultura**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- PAULA, A. P. P. D. Tragtemberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e as burocracias flexíveis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2002.
- PIMENTEL, T. D. et al. Mudanças simbólicas: análise discursiva das transformações identitárias e espaciais em urna feira. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, Mar. 2007.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. **Comercio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Labor Universitaria Monografías, 1976.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.
- RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- RUBIN, I. I. **Ateoria Marxista do valor**. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora S.A., 1980.
- SANTOS, B. D. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

- SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SILVA, E.; ABREU, L. A. D. **Respeitável público...** O circo em cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.
- SCOTT, W. R. **Organizations: rational, natural, and open systems**. 4. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.
- SOUZA, M. M. P. D.; CARRIERI, A. D. P. Racionalidades no fazer artístico: estudando a perspectiva de um grupo de teatro. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 51, n. 4, p. 382-395, jul./ago. 2011.
- STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN(EDIT.), Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousands Oaks: Sage, 1994. Cap. 16, p. 435-454.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VOLBERDA, H. W. **Building the flexible firm: how to remain competitive**. New York: Oxford University Press, 1998.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.